

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES FERNAMENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA ... 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacif — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacif — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotomaior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel — Quêlise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 149ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 10 de Setembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Eroncy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Heroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêlise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Nelson Buffara — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Veto governamental.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção do Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 147-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 252-73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para instalação e criação do Museu do Café. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto. Mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 148-74.

Fica marcada ainda, uma Sessão Extraordinária, para o dia 12, quinta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 149-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 150ª Sessão Ordinária
Realizada em 10 de Setembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Eroncy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Heroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêlise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Nelson Buffara — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção do Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM — 53/74

Curitiba, 26 de agosto de 1974.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 27 de dezembro de 1973,

entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.
(Ref. Protocolo 03975-74-PG.)

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Divisão Nacional de Câncer, representada pelo seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor João Sampaio Góes Júnior e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Emílio Hoffmann Gomes, com a participação da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do Paraná, neste ato representada pelo seu Titular, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolvem celebrar o presente Convênio, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos constatados no Estado do Paraná, objetivando estabelecer um Registro de Câncer, tudo de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I — Convênções — Ficam convenções das designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "DNC" para a Divisão Nacional de Câncer, de "Governo do Estado" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do mesmo Estado.

CLÁUSULA II — Objeto — O presente Convênio tem por objeto a realização de investigações estatísticas sobre casos de neoplasmas malignos ocorridos no Estado do Paraná, iniciando-se pelo Município de Curitiba, devendo estender-se progressivamente para outras áreas do Estado.

Subcláusula Única — Para a consecução da finalidade fixada nesta cláusula, será elaborado pelos convenientes um Plano de Trabalho, atendidas as normas ditadas pelo DNC, observada a Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos, Revisão de 1965, objetivando a:

- a) promover investigações epidemiológicas e estatísticas sobre neoplasmas malignos;
- b) organizar o Registro de Câncer e manter o seu funcionamento;
- c) apurar dados de morbidade, incidência e prevalência;
- d) estudar a distribuição nos diversos grupos de população, considerando sexo, idade, cor e profissão dos pacientes, localização anatômica, tipo histológico e extensão do neoplasma;
- e) analisar a ocorrência em épocas ou áreas diversas;
- f) investigar a correlação ou fatores coincidentes e a possibilidade de estes influírem sobre a patogenia ou evolução do processo neoplásico;
- g) apurar dados de mortalidade por câncer;
- h) colaborar no combate ao câncer no âmbito da epidemiologia, e também nas atividades de pesquisa e ensino.

CLÁUSULA III — Coordenação e Execução — A coordenação e execução do Plano de Trabalho a que se refere a subcláusula única da cláusula II ficará a cargo da Secretaria que poderá manter convênios com outras instituições visando um maior intercâmbio e subsídios para investigações epidemiológicas e estatísticas.

CLÁUSULA IV — Obrigações do Ministério — O Ministério, através da DNC, obriga-se a:

- a) prestar auxílio técnico quando este se fizer necessário;
- b) fornecer todo o material impresso destinado à coleta de dados estatísticos;
- c) contribuir, durante o exercício de 1973, com a quantia de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) que correrá à conta dos recursos extraorçamentários da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da DNC;
- d) contribuir, nos exercícios subsequentes a 1973, caso o presente convênio permaneça em vigor, com a quantia a ser fixada pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da DNC.

CLÁUSULA V — Obrigações do Governo do Estado — O Governo do Estado, através da Secretaria, obriga-se a:

- a) ceder, devidamente mobiliado e aparelhado, o local para a instalação do Registro de Câncer;
- b) responsabilizar pela implantação e funcionamento do Registro de Câncer do Paraná;
- c) realizar a coleta de dados estatísticos, na rede médico-hospitalar, consultórios e laboratórios especializados, visando o atendimento dos objetivos constantes da cláusula II;
- d) comunicar, semestralmente, à DNC os resultados dos trabalhos realizados, analisados e avaliados;
- e) publicar, anualmente, os resultados da coleta, apuração, análise, apresentação gráfica e tabelar dos levantamentos feitos pelo Registro de Câncer.

CLÁUSULA VI — Contribuição e Prestação de Contas — A contribuição a que se refere a alínea "c" da cláusula IV será entregue à Secretaria, mantenedora e executora do Registro de Câncer do Paraná, que apresentará prestação de contas relativa à aplicação dos recursos, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA VII — Vigência e Eficácia — O presente convênio é firmado pelo prazo de 5 (cinco) anos, e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA VIII — Rescisão, Extinção ou Modificação — O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, ser considerado extinto pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou modificado em suas cláusulas e condições, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA IX — Fiscalização da Execução — O Ministério fiscalizará a execução do presente convênio, através da Delegacia Federal de Saúde no Estado do Paraná que, semestralmente, apresentará relatório à DNC, informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos do Registro de Câncer.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente Convênio assinado a fls. do livro próprio, pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas e por mim

publicação e execução.

Emílio Hoffmann Gomes — Governador do Estado do Paraná.

Mário Machado de Lemos — Ministro da Saúde.

Ivan Beira Fentoura — Secretário de Saúde Pública.

João Sampaio Góes Júnior — Diretor da Divisão Nacional de Câncer.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 54/74

Curitiba, 29 de agosto de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Doutor Camargo e Sertaneja, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

(07228-74-PG.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO

— Estado do Paraná —

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Doutor Camargo, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Delapria, Prefeito Municipal de Doutor Camargo, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 — Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73 (Lei Orgânica dos Municípios) — e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio: — Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado e Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações: — A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio: — A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Doutor Camargo, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; conserto em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação: — As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de Setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia: — O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois

que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência: — Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio: — Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à justiça pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 1.º de julho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

José Delapria — Prefeito Municipal de Doutor Camargo.

J. M. Nascimento

Vera G. Caillot

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA

TERMO DE CONVENIO

que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sertaneja, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dr. Waldemar Scardazzi, Prefeito Municipal de Sertaneja, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 75, itens V e VII, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio: — Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação, utilização, desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado e Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento de capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações: — A Polícia (Judiciária), Civil (Constituição Estadual, Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio: — A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinadas pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Sertaneja, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação: — As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de Setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia: — O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência: — Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio: — Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à justiça pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes

constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 14 de junho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública.

Waldemar Scardazzi — Prefeito Municipal de Sertaneja.

Testemunhas: — (duas assinaturas ilegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 55/74

Curitiba, 29 de agosto de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

(07226-74-PG.)

ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand.

Aos 10 (dez) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Gerhard Leo Linsmeyer, — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 131, de 12-12-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Manoel de Souza Ramos, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 6.098-74-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Assis Chateaubriand, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.797 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (8), área global de 360 70 m² (trezentos e sessenta metros e setenta decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28-71), acetos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 3.661 no Livro 3-B de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand, terreno esse constituído pelo lote n.º 7-C (sete "C"), situado na Chácara Tupassi, município e comarca de Assis Chateaubriand, com a área total de 2.514 84 m² (dois mil, quinhentos e quatorze metros e oitenta e quatro decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal ressalvada ao Departamento não obstante a prerrogativa de a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela em-

preiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em 14-6-74 o empenho de verba n.º 68-74, no valor de Cr\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 18.450,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulicas, pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 24.600,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a fundação e as lajes (Cr\$ 24.600,00).

3.2.0 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulicas e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 24.600,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 24.600,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 6.150,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio da Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linsmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
Manoel de Souza Ramos — Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand
Antônio Lopes Noronha — Diretor da Polícia Civil
Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Aos 10 (dez) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linsmeyer, por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo, e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 44-73, de 10-12-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Ervelino Coletti, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 8886-73 - D.E.O.E. mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Dois Vizinhos, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 — (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26-73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 5.777 no Livro 3-F de Transcrição das Transmissões do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, terreno esse constituído pelos lotes de terras urbanas sob n.ºs 1 (hum) e 2 (dois) da quadra n.º 143 (cento e quarenta e três) do Patrimônio de Dois Vizinhos, 1.ª Seção Zona Sul, Colônia Missões, situado na cidade de Dois Vizinhos, com a área total de 1.160,00 m² (hum mil, cento e sessenta metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regem o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam identicamente isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes de trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe as condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acabar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinqüenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal, dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUN-RESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em 1.º-7-74 o empenho de verba n.º 73-74 no valor de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.750,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 9.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento), quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lajes (Cr\$ 9.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 9.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 9.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.250,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linnmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
Ervellino Coletti — Prefeito Municipal de Dois Vizinhos
Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil
Roif Lunikmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Do Senhor Vereador JOSÉ LAZARO PEREIRA, da Câmara Municipal de Mandaguari, enviando cópias de solicitação, em favor de entidades públicas daquela cidade, sobre a inclusão de verbas no orçamento estadual, às seguintes entidades: Associação São Vicente de Paulo; Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional; Obras de Assistência Social e Educativa B. Pastor; Lar Infantil Amalie Boudet; Lar Infantil Estrela de Belém; Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; Associação de Mães Mandaguarienses; Casa da Amizade das Senhoras de Rotaryanos; Associação de Senhoras Melodistas; Associação Evangélica Luterana; Grêmio Paroquial de Mandaguari e Associação Evangélica Adventista. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 30 (trinta) Sessões, do Projeto de Lei n.º 62-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações ao Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, Digníssimo Secretário dos Transportes do Estado, pela abertura de concorrência para execução de serviços de terraplanagem e revestimento primário nas rodovias vicinais, numa extensão global de 1.169.810 quilômetros dentro do programa do atual Governo Estadual.

Por outro lado, tendo em vista o interesse dos meios econômicos e sociais da Região Sul do Estado, solicito informações dessa autoridade sobre o andamento das rodovias União da Vitória — Cruz Machado — Pinhão e União da Vitória — Bituruna (PR-280 Entroncamento e PR-153 Barracão).

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

(a) — Domicio Scaramella

PROJETOS DE LEI:**PROJETO DE LEI N.º 137-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) rolo Compressor Muller Tandem ano 1962, modelo RT-62 — Série n.º 868 de 5 a 8 toneladas, com motor MWM, modelo KD-12-D n.º 6111 — 7 B — 30 HP — 1.800 RPM., de propriedade da Secretaria dos Transportes — Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

O Rolo Compressor que se pretende doar, através do presente Projeto de Lei, já se acha prestando serviços na cidade de Bela Vista do Paraíso, por empréstimo. Ocorre que para o Departamento de Estradas de Rodagem, as máquinas já com muito uso, se tornam deficitárias e improdutoras, dado o grande volume de obras a ser realizado. Entretanto para as Prefeituras que realizam pequenos serviços de pavimentação e reparos, as máquinas usadas e bem recuperadas podem prestar bons serviços e substituir perfeitamente as novas sempre de alto custo e que são praticamente impossíveis de serem adquiridas.

Por este motivo apresentamos o presente Projeto de Lei, que se merecer a aprovação dos nobres Senhores Deputados, ensinará a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso condições de melhor recuperá-lo, a fim de prestar também melhor serviço a sua progressista comunidade.

PROJETO DE LEI N.º 138-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Município de Carambel, desmembrado do Município de Castro, com a área de 328.336.741,87 m² e dividas demarcatórias constantes do atual distrito de Carambel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A laboriosa população do Distrito de Carambei, Castro, há muito que tem o justo anseio de ver a sua sede elevada a Município. Isto se justifica pelo inegável surto de progresso que vem atravessando a região, desde que ali se iniciou uma colonização.

Tendo a sua economia baseada não só na lavoura, pecuária e avicultura, mas também na industrialização de derivados de leite, frigoríficos, rações, móveis etc. em alta escala, e com uma população de aproximadamente 10.500 habitantes, oferece condições de merecer a autonomia jurídico-administrativa que lhe possibilite ainda melhor desenvolver as suas progressistas atividades, o que redundará em benefício do próprio Estado.

Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 139-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Câmaras Municipais do Paraná, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

A entidade em tela, destina-se ao congrassamento de todas as Câmaras Municipais do Estado, visando desenvolver o espírito associativo entre as representações populares que militam nas Câmaras Municipais, bem como realizar estudos dos problemas socio-econômicos das comunas paranaenses procurando através de Congressos e concentrações regionais, as soluções mais adequadas para os problemas existentes, visando proporcionar um desenvolvimento não só econômico, mas administrativo, social e cultural, mais consistente com o progresso do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 140-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal correspondente a um salário mínimo da Capital, à Júlia Maria de Freitas Rocha, viúva do ex-servidor público estadual Joaquim Nicomedes da Rocha, falecido em 1946.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta da Verba Orçamentária Própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA: Ao Estado compete amparar as viúvas daqueles que dedicaram suas vidas à administração pública, constituindo-se nos heróis anônimos de um trabalho permanente em favor do engrandecimento do Paraná. Nos dias atuais, com o aprimoramento da legislação, a sobrevivência dos familiares do funcionário falecido está, se não de todo assegurada, bastante amparada. Não, no entanto, que se olhar e atender os casos, já raros, mas ainda existentes dos falecimentos antes do advento da legislação previdenciária, cujas viúvas se encontram em completo estado de abandono. É o caso que se pretende beneficiar, pois a viúva do ex-funcionário contando já com 82 (oitenta e dois) anos, enfrenta sérias dificuldades financeiras, sem receber qualquer pensão do Estado.

O Plano de lei é justo, oportuno e sua aprovação um testemunho de solidariedade humana.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos, e não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-74, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 31-74, que objetiva introduzir alterações que especifica no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-74, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dá nova redação ao art. 17, da Lei n.º 6.212, de 09-08-71. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 36-74, que visa isentar do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil, a Empresa Itaipu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação a Emenda. — Aprovada. — Aprovado o Projeto.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-73, de autoria do Poder Exe-

cutivo, Mensagem n.º 66-73, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor Paulo Pinheiro Schmidt. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. David Antônio da Silva Carneiro. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62-74, de autoria do Dep. Nelson Buffara e outros, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arquiteto José Marcos Loureiro Prado. Parecer favorável da C.C.J. — Ao referido Projeto foi apresentado um Requerimento solicitando sua retirada por 30 dias. — Aprovado o Requerimento.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 160-74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, objetivando a contratação de técnicos para exercerem atividades que especifica, junto aos Municípios Associados. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, objetivando a contratação de técnicos de nível superior para exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de prestação de assistência técnica aos Municípios associados.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
P A R E C E R**

A PROPOSIÇÃO N.º 160-74

Mensagem Governamental n.º 41-74

1 — A presente Proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 41-74, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, objetivando a contratação de técnicos de nível superior para exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de prestação de assistência técnica aos municípios associados.

2 — Com a iniciativa de propor a medida antes referida, está o Senhor Governador, exercitando competência que lhe é deferida pela Constituição Estadual — art. 47, inciso IX — por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa referendar o aludido Convênio, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

MENSAGEM — 41/74

Curitiba, 18 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, objetivando a contratação de técnicos de nível superior para exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de prestação de assistência técnica aos municípios associados, de conformidade com o Plano de Aplicação que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP — com sede em Cascavel, Estado do Paraná, com intervenção do Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 2º da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, com CGC/MF n.º 92.835.151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, ao final

assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, com CCMF n.º 15.907.576, neste ato representada por seu Presidente Doutor Wilson Carlos Kuhn, também ao final assinado, na forma da letra "d" do artigo 27 de seu Estatuto, doravante designada simplesmente "Associação" e, na condição de interveniente, o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, neste ato representada pelo Secretário de Estado, Bacharel Belmiro Valverde Jobim Castor, doravante designado simplesmente "Estado" têm justo, certo e combinado, a celebração do presente Convênio, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objetivo

O presente Convênio visa à contratação de técnicos de nível superior, para, através da Secretaria Técnica da "Associação", exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de prestação de assistência técnica aos municípios associados, de conformidade com o Plano de Aplicação e especificações constantes do Processo protocolado na "SUDESUL" sob o número 746, de 31 de janeiro de 1974, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA — Dos Recursos e Prestação de Contas

A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do convencionado neste ato, com a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), empenhada sob n.º 686, em 11 de junho de 1974, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1974, classificada como segue: Programa — Habitação e Planejamento Urbano — Subprograma — Planejamento Urbano. Projeto — 11.05.1.163 — Programa de Ação Concentrada. Elemento de Despesa: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 100.000,00.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância relativa à contribuição da "SUDESUL", mencionada nesta Cláusula, será feito de uma só vez, após a assinatura deste Convênio e sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa necessária à execução do disposto na Cláusula Primeira que exceder à contribuição da "SUDESUL" correrá por conta da "Associação", que se obriga a prover os recursos necessários, a fim de que o convencionado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pela "Associação" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S. A., em conta vinculada e deverá ser aplicada de acordo com o Plano de Aplicação.

Parágrafo Quarto — A prestação de contas da "Associação" será feita dentro do prazo de 2 (dois) meses, contados do término do prazo de execução estabelecido na Cláusula Sétima, com os documentos originais correspondentes e será organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

Parágrafo Quinto — Os saldos dos recursos, objeto desta Cláusula, porventura insuportados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA — Das Obrigações Técnicas Específicas

A "Associação" obriga-se a desenvolver os objetivos definidos na Cláusula Primeira: contratação de técnicos de nível superior para, através de sua Secretaria Técnica, exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de assistência técnica aos municípios associados.

Parágrafo Primeiro — Os técnicos a serem contratados, com os seus respectivos currículos e programas de trabalho, deverão ter sua indicação previamente aprovada pela Assembleia Geral da "Associação", devendo esta remeter aquela documentação à "SUDESUL".

Parágrafo Segundo — A "Associação" compromete-se, independentemente de renovação do presente Convênio ou nova doação por parte da "SUDESUL" a dar continuidade aos trabalhos ora convencionados.

Parágrafo Terceiro — A "Associação" se compromete a aceitar a assessoria da "SUDESUL", bem como do "Estado", às atividades de sua Secretaria Técnica.

CLÁUSULA QUARTA — Dos Relatórios

A "Associação" deverá encaminhar à "SUDESUL", e ao "Estado", Relatórios Semestrais sobre as atividades desenvolvidas pela sua Secretaria Técnica, relativos ao objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA — Da Prestação de Serviços

A "Associação", por seu Presidente ou alguém pelo mesmo delegado, atestará a prestação de serviços de pessoal técnico aplicado na execução do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA — Da Fiscalização

Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento das atividades ou serviços, objeto do presente Convênio, independentemente da prestação de contas que a "Associação" está obrigada a apresentar, conforme o estabelecido no Parágrafo Quarto da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Prazos

O período de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, e o de vigência será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento da contribuição da "SUDESUL", mencionada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda.

Parágrafo Único — Os prazos mencionados nesta Cláusula poderão ser prorrogados, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovados, por solicitação prévia da "Associação", e a critério da "SUDESUL".

CLÁUSULA OITAVA — Do Laudo Técnico

Caberá ao Departamento de Desenvolvimento Local da "SUDESUL" a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA NONA — Da Rescisão e Inadimplemento

A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas importará na imediata rescisão do presente Convênio. Se o inadimplemento for imputável à "Associação", ficará esta obrigada a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA — Do Foro

As partes convinentes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Convênio.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografadas em 6 (seis) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (assinatura ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convinentes na presença das testemunhas que também assinam.

Porto Alegre, ... de ... de 1974.

"ESTADO" — Bacharel Belmiro Valverde Jobim Castor

Secretário da Coordenação de Planejamento Estadual.

"SUDESUL" — Eng. Paulo Afonso de Freitas Meiro

Superintendente

"ASSOCIAÇÃO" — Doutor Wilson Carlos Kuhn

Presidente

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que denomina "Antônio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 235-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Antônio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, pelo presente Plano de Lei, denominar "Antônio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio do Município de Alto Paraná.

O homenageado, pelos relevantes serviços prestados à referida Escola, quer como professor dos mais capazes, quer como amigo dedicado ao aperfeiçoamento do ensino, conquistou a admiração e o respeito de seus concidadãos pela sua invulgar capacidade de trabalho e pelo seu idealismo à causa pública.

Desnecessário aduzirmos outras considerações, face os requisitos funcionais do homenageado.

Assim, esperamos contar com o valioso apoio dos nobres Pares na aprovação do presente Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

FALECER AO

PROJETO DE LEI N.º 235-73

Autor: Deputado Basílio Zanusso.

I) — O autor do Projeto justifica plenamente a honraria que pretende conferir ao ilustre Professor de Alto Paraná.

II) — Assim sendo, nada mais justo do que aprovarmos este Plano de Lei, cuja matéria não fere qualquer princípio legal ou constitucional.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21-11-73.

Antônio Costa — Presidente.

Ige Iwant Losso — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

FALECER AO

PROJETO DE LEI N.º 235-73

Autor: Deputado Basílio Zanusso.

O Projeto de Lei sob n.º 235-73, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso objetiva denominar "Antônio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná.

A homenagem que se pretende prestar nos parece das mais justas, considerando-se a justificativa apresentada pelo autor do Projeto.

Opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 3 de abril de 1974.

Antônio Lopes Júnior — Presidente.

Olavo Ferreira — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, Secretário dos Transportes do Estado, pela abertura de concorrência para execução de serviços de terraplanagem e revestimento primário nas rodovias vicinais, numa extensão global de 1.169.810 quilômetros dentro do programa do atual Governo Estadual. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 161-73, 179-73, 229-73;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-74 e do Projeto de Lei n.º 235-73;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 264-74, 47-74, 64-74, 91-74 e do Projeto de Resolução n.º 30-74.

Fica marcada ainda, uma Sessão Ordinária, para o dia 12, quinta-feira, às 13,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 74-74, 86-74, 109-74, 110-74.

Levantar-se a Sessão.

ATA DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze de junho de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Maciel.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foram relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 254-68 — de autoria do Senhor Deputado Sílvio Barror, que institui o período Escolar Rural. Relator: Senhor Deputado Antônio Maciel. Parecer contrário. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 406-68 — de autoria do Senhor Deputado Roberto Wipych, que autoriza o P.E. criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do Município de Cascavel. Relator: Senhor Deputado Lázaro Dumont. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 136-72 — de autoria do Senhor Deputado João Fadel, que autoriza o P.E. criar o Instituto Estadual do Soja, e dá outras providências. Relator: Senhor Deputado Antônio Maciel. Parecer contrário. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 2-73 — de autoria do Senhor Deputado Quíelise C. da Silva, que institui o Dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de setembro de cada ano. Relator: Senhor Deputado Antônio Maciel. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 40-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que institui a "Festa do Soja", no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo de maio dos anos ímpares e denomina a sede do referido Município de "Capital do Soja". Relator: Senhor Deputado Arizon Araujo. Parecer favorável com Substitutivo aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 251-73, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado. Relator: Senhor Deputado Basílio Zanusso. Parecer favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Antônio Maciel — Presidente.

a) Marlene Couto de Cristo — Secretária.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 257-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar para prestar serviços, CLERY NICZ RODA, ora à disposição deste Poder, na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1974.

a) EROS RUFFEL ABDALA — Diretor Geral